



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MINAS GERAIS

1 Ata da 293ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
2 e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos vinte e quatro dias do mês de julho de
3 2014 em sua sede, sala de plenária - Av. Amazonas 558 - 7º andar - Centro - Belo
4 Horizonte, com início às 9:45h. Em obediência ao ato presidencial convocatório na
5 forma e horário regimental, o Presidente, em exercício Ananias Neves Ferreira,
6 solicitou que a Secretária-executiva, Marice Ceres de Sousa procedesse a chamada
7 dos conselheiros; tendo sido constatada a presença dos seguintes conselheiros:
8 Ananias Neves Ferreira (Titular - Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor CEVAM),
9 Hudson Roberto Lino (Titular - Associação Beneficente Ágape), José Ismar da Costa
10 (Titular - Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado
11 de Minas Gerais - SINIBREF/MG), Maria de Fátima Mayrinck Brito (Titular -
12 Associação do Amor), Reginalda de Fátima Pereira (Titular - União Brasileira de
13 Educação e Ensino - UBEE), Maria Margareth Pereira (Suplente - Providência Nossa
14 Senhora da Conceição), Ricardo Augusto Zadra (Titular - Secretaria de Estado de
15 Fazenda), Maria Juanita Godinho Pimenta (Titular - SEDESE), Clodoália Nobre
16 Barbosa (Titular- Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG), João Alves
17 Crisóstomo (Suplente - Associação Pingo de Luz), Vânia Lúcia de Almeida (Titular -
18 Secretaria de Estado da Educação), Simone Vieira (Titular - Convenção Batista
19 Mineira), Elisabeth Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu (Titular - Polícia Civil/MG),
20 Raymundo Rabelo Mesquita (Titular - Inspetoria São João Bosco - ISJB), Eny
21 Lauriano da Silva (Suplente - Pastoral do Menor Regional Leste II - CNBB), Claudinei
22 Santos Lima (Suplente - Axé Criança), Carlos Roberto Beto da Silva (Associação de
23 Deficientes do Estado de Minas Gerais - ADEFOM), Livia Ansaloni Fortes (Suplente -
24 Fundação Benjamin Guimarães - Hospital da Baleia). Ausências **justificadas**: Rita
25 Ferreira da Silva Alves (Titular - Associação Instituto Solidário Comunitário
26 Assistencial), Andreia Cristina Barreto (Kinder Not Hilfe-KNH Brasil), Eliane Quaresma
27 Caldeira de Araújo (Titular - SEDESE), Alessandra Martins (Suplente - SEDESE),
28 Andreia Aparecida Cunha Soares (Suplente - Polícia Civil/MG), Maria Auxiliadora
29 Salles Gonçalves (Suplente - Secretaria de Estado da Fazenda), Ana Carolina
30 Gouveia Veloso e Giselle da Silva Cyrillo (Suplente - Secretaria de Estado de Defesa
31 Social - aguardam nomeação). **Injustificadas**: Cleverson Natal de Oliveira (Suplente -
32 PMMG), Ricardo Luiz Amorim Gontijo Foureaux (Titular - Polícia Militar de Minas
33 Gerais), Rejane Alves (Suplente - Secretaria de Estado da Saúde), Adriana Alves de
34 Almeida (Titular - Secretaria de Estado de Saúde), Dep. Fabiano Galleti Tolentino
35 (Titular - Assembleia Legislativa de Minas Gerais), Deputado Ulysses Gomes
36 (Suplente - Assembleia Legislativa de Minas Gerais), Elizabeth Moreira dos Santos
37 (Suplente - Associação Mineira de Reabilitação - AMR - aguarda substituição),
38 Convidado: Rodrigo Martins Antônio (Suplente - Fundação CDL - Pró Criança -
39 aguarda nomeação), Cássia Vieira de Melo (Frente de Defesa), Eric Daniel de Faria e
40 Silvério Rodrigues Felix (CMDCA - Eloi Mendes - MG), Marla Paiva (Técnica -
41 Ministério Público). Aberto os trabalhos em consonância com os ditames regimentais,
42 o Presidente, em exercício, Ananias Neves Ferreira declarou aberta e instalada a
43 sessão plenária do CEDCA/MG, cumprimentando a todos e informando a ausência da
44 Presidente, que se encontra de férias. Na sequência passou a aprovação da ata da
45 plenária realizada em 11 de junho de 2014. A conselheira Maria Juanita Godinho
46 Pimenta questionou o fato da aprovação da ata (1º ponto da pauta) acontecer antes da

47 aprovação própria pauta da sessão plenária na íntegra. Ananias Neves Ferreira
48 interveio para esclarecer esta questão de ordem. O conselheiro, decidindo a questão
49 de ordem, diz que a aprovação da ata trata-se de matéria regimental, que por si só, já
50 integra a pauta das sessões plenárias. Que deverá acontecer nas próximas sessões
51 plenárias: “que as convocações expedidas pela Secretaria-executiva estejam
52 estruturadas no formato regimental”. Dito isto, o plenário foi consultado com relação ao
53 conteúdo da ata anterior com vistas a aprovação. O conselheiro Ricardo Zadra
54 informou que solicitou alteração na linha 88, já providenciada pela Secretaria-
55 executiva. Diante do exposto, esta **Ata** da plenária realizada em 11/06/2014 foi
56 colocada em votação e **aprovada** pela unanimidade dos conselheiros. Com relação a
57 aprovação da pauta da plenária, a conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta, se
58 manifestou dizendo que entendia a explicação do conselheiro Ananias Neves Ferreira,
59 é questão regimental e pronto. Mas, como este regimento tem várias inconformidades,
60 não poderia concordar de jeito nenhum que matérias figurem na pauta antes da
61 aprovação da própria pauta pelos conselheiros. Ressaltou que não tinha nada contra o
62 conteúdo da ata. Ressaltou a importância de começar a trabalhar a revisão do
63 Regimento Interno do CEDCA/MG, a fim de corrigir as distorções nele existentes. Com
64 relação aos pontos de pauta, a conselheira se manifestou contrária a aprovação do
65 item 2º: Eleição da Diretoria Executiva. Disse que há no regimento interno dispositivo
66 que dificulta a participação dos conselheiros da área de governo, visto que exige 12
67 meses de experiência para compor a Diretoria Executiva do CEDCA/MG. Em seu
68 entendimento, o Governador do Estado e os Secretários de cada pasta, tem completa
69 autonomia para indicar seus representantes em órgãos colegiados na área
70 governamental. Informou que não trazia nenhum nome, pois, não iria expor
71 conselheiros ausentes, com a indicação para compor a mesa diretora, sem antes ter
72 conversado com os mesmos. Os candidatos elegíveis aqui presentes se manifestaram
73 pela não aceitação da indicação de seus nomes. Ananias Neves Ferreira informou que
74 o ponto de pauta estava posto há dias, e que era de praxe conceder um tempo para
75 que os segmentos se reunissem, discutissem e trouxessem os nomes para aclamação
76 eletiva em plenária. Maria Juanita Godinho Pimenta se manifestou dizendo que não
77 houve tempo hábil para se reunirem e articularem a indicação de nomes, tendo em
78 vista que a pauta chegou em cima da hora. Ananias Neves Ferreira informou que a
79 pauta foi divulgada previamente no prazo regimental e que o colegiado tem sentido a
80 ausência de conselheiros governamentais, mas que tem trabalhado no sentido de
81 estabelecer um dialogo permanente, de forma a garantir maior presença dos
82 conselheiros da área de governo, contudo, não tem conseguido. Há 06 conselheiros
83 governamentais em condição de serem eleitos, não precisando estar presente
84 fisicamente na plenária, podendo ser eleito e tomar posse depois. Ressaltou que o
85 colegiado fica prejudicado, pois, cada Secretaria tem seu saber específico e uma
86 maneira de contribuir é comparecer as plenárias e compartilhar dos debates e
87 apresentar ações de sua respectiva secretaria. Informou que a ausência da Polícia
88 Militar e da Saúde, é quase que contínua, sem falar nas trocas constantes de
89 representação. Maria Juanita Godinho Pimenta respondeu argumentando que, a
90 ausência de determinado segmento da área de governo não inviabiliza, por si só, a
91 atuação do conselho e da sociedade civil. O Conselho nunca deixou de se reunir e
92 deliberar suas questões. Que sua fala nada mais é do que a discordância com a
93 vedação regimental, que dificulta o cumprimento do mandato dos conselheiros
94 governamentais; pessoas com trajetória e conhecimento que estão impedidas de
95 serem indicadas por não terem 12 meses de representação no CEDCA/MG. Em sua
96 primeira participação neste colegiado apresentou várias falhas existente no Regimento
97 Interno, que precisam ser revistas e corrigidas. A presença dos conselheiros pode e
98 deve ser cobrada das respectivas Secretarias, bem como, quaisquer informações

99 afetas a área da criança e do adolescente ao gestor da pasta. Ananias Neves Ferreira
100 falou dos projetos de alteração da lei de criação do CEDCA/MG que se encontram na
101 Assembleia Legislativa de Minas Gerais que tramitam e que demandam de articulação
102 para que caminhem. Que o grupo criado em plenária para revisão desta legislação,
103 incluindo o Regimento Interno foi deliberado, mas não foi instalado pela Presidente.
104 Com relação a informações das Secretarias, por vezes foram solicitadas e não se
105 obteve retorno. A conselheira Clodoália Nobre interveio dizendo que participa de 24
106 (vinte e quatro) Conselhos como representante da SEPLAG, e em todos eles, o
107 regimento interno existe para facilitar o andamento dos trabalhos dos conselheiros, e
108 não para criar entraves e prejudicar a participação dos conselheiros, não podendo
109 nem compor a mesa diretora. Ananias Neves Ferreira respondeu que o conselheiro
110 não precisa integrar a diretoria executiva para contribuir efetivamente no Conselho.
111 Finalizando esse momento, a conselheira Reginalda interveio sugerindo o fim desta
112 discussão sobre regimento interno, que já consumiu grande parte da manhã. Sendo
113 mantido o ponto de pauta Eleição da Diretoria Executiva, por se tratar de matéria
114 regimental, e cuja obrigatoriedade determina a realização nesta sessão, a pauta foi
115 colocada em votação e aprovada por 13 votos a favor, 01 voto de abstenção
116 (Elizabeth Oliveira Dinardo) e 1 voto contrário da conselheira Maria Juanita Godinho
117 Pimenta. O conselheiro Ananias Neves Ferreira pediu que constasse em ata o inteiro
118 teor do artigo 7º, Inciso IX Regimento Interno. “Art.7º, IX – realizar, a eleição da
119 Diretoria Executiva 30 (trinta) dias antes do término de seu mandato”; Logo após, a
120 presidência, suspendeu a sessão plenária por 15 minutos, para que os segmentos se
121 reunissem e voltassem com nomes para composição da Diretoria Executiva do
122 CEDCA/MG. Decorrido o tempo estabelecido e reaberto os trabalhos, foi indicado pela
123 sociedade civil o nome do conselheiro Ananias Neves Ferreira para ser submetido a
124 votação para o cargo de Presidente do Conselho no próximo mandato de 18 (dezoito)
125 meses na forma e termos regimentais, que se inicia na plenária de posse. Pelo
126 segmento governamental a Conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta informou que
127 o grupo se reuniu e decidiram pela não indicação de nenhum nome naquele momento.
128 Disse que não poderia agir de forma incoerente com as questões em que acredita,
129 como representante da área de direitos humanos, não poderia indicar pessoas
130 ausentes, sem antes conversar e ouvir sua opinião. Ricardo Zadra complementou
131 dizendo que a restrição do regimento interno prejudicou a participação de pessoas que
132 muito tinham a contribuir com o Conselho. Que já manifestou neste sentido em outra
133 ocasião, e volta a se posicionar favoravelmente a revisão do regimento interno, no que
134 concerne ao artigo impeditivo da participação de conselheiro com menos de 12 meses
135 de experiência para integrar a Diretoria Executiva do CEDCA/MG. Esta discussão se
136 alongou por muito tempo, surgindo várias propostas de encaminhamento, tais como:
137 suspensão da plenária e continuidade em outro dia; realização de plenária
138 extraordinária; estabelecimento de prazo para a área governamental se manifestar
139 com a indicação de nomes, no máximo, até a próxima sessão plenária ordinária. Tais
140 propostas de encaminhamento foram amplamente discutidas, contudo, não foram
141 votadas. A proposta da Conselheira Clodoália e consensualizada é a que se segue:
142 “imediate suspensão deste ponto de pauta, e retomada na parte da tarde desta
143 sessão plenária. Neste intervalo será feito contato telefônico com os conselheiros
144 ausentes, a fim de consultá-los acerca do interesse em compor a Diretoria Executiva
145 do CEDCA/MG)”. Proposta acatada e aprovada. Em seguida, após foi consultado e
146 submetido ao plenário suspensão dos trabalhos por 1 hora para almoço. Decorrido o
147 tempo estabelecido, A presidência declarou reaberta a sessão plenária, passando ao
148 relato das Comissões Temáticas. Claudinei dos Santos Lima, procedeu a leitura das
149 matérias discutidas na comissão de apoio aos conselhos municipais e tutelares:
150 “Acompanhar as atividades do Grupo Gestor da Escola de Conselhos, que será

151 convocado a se reunir em agosto para discutir a Minuta de Resolução e demais as
152 ações para 2014. Receber a prestação de contas referente ao Convênio de 2009 da
153 Escola de Conselhos, e distribuir por e-mail para os membros da Comissão, que
154 procederá à sua análise (próxima reunião em agosto) para subsidiar manifestação do
155 CEDCA. Divulgar para os conselhos municipais, por e-mail, a Resolução do
156 CONANDA n° 166/2014 que dispõe sobre a Conferência, e informar que maiores
157 informações serão fornecidas após a recepção das diretrizes do CONANDA. Estimular
158 os municípios a darem início às medidas de logística (reserva de local, etc) e de
159 organização (constituição de comissão organizadora) para a sua realização. Sugerir
160 que se realize a discussão com vistas a instituição da Comissão Organizadora das
161 Conferências Regionais e Estadual, para que passe a ter como uma de suas
162 competências, a orientação e apoio aos municípios. Submeter a Comissão de
163 Legislação e Normas a Minuta de Resolução, discutida e aprovada na CACMT que
164 dispõe sobre os parâmetros para a formação continuada de profissionais que atuam
165 direta ou indiretamente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo em Minas
166 Gerais, que foi elaborada de acordo com o documento da SDH/PR: “Escola Nacional
167 de Socioeducação”: parâmetros de gestão, metodológicos e curriculares”. Ao final do
168 relato, o conselheiro José Ismar perguntou se havia alguma matéria a ser deliberada.
169 Claudinei dos Santos Lima informou que as matérias supramencionadas eram
170 informativas. Mas ressaltou que o Conselho já deve pensar na indicação de nomes
171 para compor a comissão organizadora da conferência estadual, para que comece a
172 trabalhar na articulação, divulgação junto aos municípios. A comissão aguarda que o
173 CONANDA divulgue as diretrizes para os municípios, pois, publicou somente a
174 resolução com o calendário das conferências. A conselheira Maria Juanita Godinho
175 Pimenta interveio perguntando ao conselheiro Claudinei Santos Lima, porque em
176 primeiro item do relato ele informou que será apresentada uma minuta da Escola de
177 Conselhos. A conselheira disse que o convênio de execução da escola de conselhos
178 findou, e que a escola de conselhos não existe mais. Informou que questionará
179 Fernanda Machado Givisiez (Superintendente/SEDESE) que esteve na Comissão
180 falando sobre o assunto; pois, “como ela se comprometeu em apresentar resolução
181 quando a escola de conselhos não existe mais”. Para existir, teria de ser incorporada
182 como uma política de Governo, e/ou conseguir captar mais recurso via convênio; no
183 momento ela não existe”. Claudinei dos Santos Lima pediu desculpas, se não se fez
184 entender com clareza. Relatou que Fernanda esteve na Comissão fazendo a
185 prestação de contas do convênio em anos anteriores, e que se comprometeu em
186 trazer a prestação de contas referente ao período de 2011- 2013. De volta com a
187 palavra Maria Juanita Godinho Pimenta informou que o que se tem em mente é a
188 proposta de formulação de uma política pública, um processo de construção da Escola
189 de Formação em Direitos Humanos, mediante articulação para incidência no
190 orçamento público em 2015. Este modelo de funcionamento via convênio para escola
191 de conselhos é inviável, sem falar que vai se devolver recurso. Finalizou dizendo que,
192 pela execução deste convênio da escola de conselhos, pode-se perceber que esse
193 modelo é ultrapassado, e impossível capacitar todos os conselheiros do estado. Logo
194 após, Ananias Neves Ferreira informou que com relação a minuta de resolução
195 discutida e aprovada na Comissão de Apoio aos Conselhos, que dispõe sobre os
196 parâmetros para a formação continuada de profissionais que atuam direta ou
197 indiretamente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo em Minas Gerais,
198 submetida a apreciação da Comissão de Legislação e Normas a Minuta de
199 Resolução, fará estudo da matéria na comissão de Normas e trará em uma próxima
200 plenária. Na oportunidade, pediu que a Secretaria-executiva acompanhe todos os
201 projetos de Lei em tramitação da Assembleia Legislativa, pertinentes a área da criança
202 e do adolescente. Na sequência passou ao relato da Comissão de Medidas

203 Socioeducativas. A conselheira Maria Margareth Pereira procedeu ao relato com as
204 matérias discutidas e encaminhamentos da Comissão. É o que se segue: “A
205 conselheira informou que a comissão recebeu a nova representação das Conselheiras
206 da Secretaria de Defesa Social - SEDS, e disse que a comissão se reuniu com a
207 presença de quase todos os seus integrantes Primeiro assunto em pauta: Análise de
208 processos de inscrição de programas de atendimento socioeducativo (utilizando a
209 matriz de pontuação). Foram avaliados 15 processos de pedidos de inscrição
210 utilizando-se a matriz de pontuação. A previsão é que na próxima reunião da comissão
211 possam ser avaliados mais 15 processos). Inicialmente estão sendo estudados os
212 processos de Centros Socioeducativos de Internação, e posteriormente partiremos
213 para as unidades de Semiliberdade. Terminada esta fase de análise dos processos no
214 Conselho, a pretensão é realizar a fase das visitas “*in loco*” nas unidades (2ª parte da
215 matriz de pontuação). 2º item da pauta: Apreciação do ofício GAB.SEDS nº1.700/2014
216 (Secretaria Defesa Social) encaminhado ao CEDCA/MG em resposta a deliberação
217 acerca dos relatórios de inspeção e solicitação de providências a serem tomadas para
218 melhoria do atendimento no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis -
219 Governador Valadares. Esta resposta da Secretaria de Defesa Social foi lida, e, foram
220 acatadas as considerações pontuadas nos relatórios de inspeção e questionamentos
221 apontados na plenária do CEDCA/MG. Outro assunto relacionado a este item da pauta
222 é o ofício nº368 - CONANDA - Com solicitação ao CEDCA/MG de informações sobre a
223 situação do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis - Governador Valadares. O
224 encaminhamento consesuado entre os Conselheiros foi o seguinte: Envio de ofício ao
225 CONANDA com sumário dos fatos e providências sobre a situação ocorridos no
226 Centro Socioeducativo São Francisco de Assis. Outro ponto discutido: ofício
227 nº062/2014 encaminhado pelo CMDCA de Juiz de Fora - Comunicando deliberações
228 do Conselho Municipal de Direito sobre a situação da Casa de Semiliberdade naquela
229 localidade. A comissão definiu o seguinte encaminhamento: O Conselheiro Claudinei
230 dos Santos Lima, visitará a unidade de Semiliberdade e o CMDCA local para avaliar a
231 situação de acessibilidade da casa e outras questões direcionadas ao atendimento
232 aos adolescentes. Posteriormente, apresentará relatório à comissão de medidas
233 socioeducativas. Avaliado também o Parecer elaborado pela conselheira Maria
234 Margareth Pereira (em cumprimento a deliberação plenária de 11/06/2014) sobre
235 substitutivo ao Projeto de Lei nº7.197/2002. O parecer foi lido e amplamente discutido
236 entre os conselheiros, sendo acatado em seu inteiro teor pelos conselheiros
237 presentes, O Parecer está a disposição dos conselheiros para apreciação nesta
238 plenária, uma vez que, é um dos pontos de pauta. Foram feitos relatos de participação
239 em Fóruns e reuniões. Relato sobre participação dos conselheiros: Raymundo
240 Mesquita e Eny Lauriano no Fórum Permanente de Atendimento Socioeducativo -
241 RMBH. A Conselheira Eny Lauriano informou que na próxima reunião deste Fórum -
242 dia 29/07, a coordenação da Mesa de discussões será do CEDCA/MG (Que as
243 coordenações de Mesa são itinerantes). Na oportunidade sugeriu a presença da
244 Presidência nesta reunião específica. Alguns conselheiros argumentaram que a
245 representação do Conselho já está formalizada neste Fórum com dois conselheiros
246 que o integram, mas ela insistiu que o convite fosse feito à Presidência. Relato da
247 participação da conselheira Maria Margareth Pereira e da técnica, Ana Rita, nas
248 reuniões do Grupo Intersetorial da SEDS, encarregado da elaboração do Plano
249 Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo. A Conselheira informou que as
250 reuniões estão acontecendo e os trabalhos estão bem adiantados. A previsão
251 conclusão dos trabalhos é setembro, com a apresentação desta versão do Plano
252 Decenal em consulta pública, compilação dos dados e formatação de versão final. Foi
253 sugerido na última reunião deste grupo intersectorial da SEDS, a criação de uma
254 comissão consultiva composta de outros parceiros, além do grupo intersectorial, que

255 também avaliaria este Plano, antes da abertura para consulta pública. Esta comissão
256 se reunirá uma vez com a presença de representante do Ministério Público,
257 Defensoria Pública, da Frente de Defesa, dentre outros”. Terminado o relato, a
258 conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta interveio perguntando se havia matéria a
259 ser votada. A resposta foi positiva. Na oportunidade sugeriu que com relação a
260 resposta ao CONANDA sobre o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis -
261 Governador Valadares, não sejam remetidos todos os relatórios e nem a resposta da
262 SEDS, mas o ofício com o sumário dos fatos e os apontamentos do CEDCA/MG ao
263 CONANDA. Esta proposta foi colocada em **votação** e **aprovada** pela unanimidade
264 dos conselheiros. A Secretária-executiva, Marice Ceres de Sousa elaborará a resposta
265 ao CONANDA. Com relação a indicação de mais um conselheiro para participar do
266 Fórum Permanente de Atendimento Socioeducativo, no dia 29/07 às 09h (em que a
267 coordenação itinerante será do CEDCA/MG); os conselheiros entenderam que esta
268 representação já está posta. Foi colocada em **votação** a autorização da plenária para
269 que esses Conselheiros assumam esta representação, que foi **aprovada** por 12 votos
270 a favor e 02 votos de abstenção. Ananias Neves Ferreira ressaltou que Raymundo
271 Mesquita e Eny Lauriano já integram este grupo, e possuem capacidade e
272 conhecimento para coordenar os trabalhos de mesa neste dia 29/07/2014 e nas
273 demais reuniões deste Fórum. Outro ponto para deliberação nesta plenária é o
274 Parecer emitido pela conselheira relatora da matéria na Comissão de Medidas
275 Socioeducativas (Maria Margareth Pereira) sobre substitutivo ao Projeto de Lei
276 nº7.197/2002. Trata-se de normativas que visam promover alterações absurdas no
277 ECA relativas a aplicação das medidas socioeducativas. Alguns Conselheiros
278 perguntaram se a matéria era extensa. Diante do exposto, foi sugerido que o Parecer
279 fosse remetido a todos os Conselheiros para conhecimento e contribuição.
280 **Encaminhamento:** A Secretaria-executiva encaminhará a todos por e-mail. **Proposta**
281 **acatada.** Terminado o relato desta Comissão, Ananias Neves Ferreira solicitou que a
282 Secretaria-executiva solicite à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, as notas
283 taquigráficas da audiência do depoimento sem dano, e da audiência pública que
284 discutiu a redução da maioria penal (comissão de segurança pública). Hudson
285 Roberto Lino informou que foi inaugurado em junho, um Centro Socioeducativo em
286 Ipatinga, sem que o CEDCA e o CMDCA fossem convidados. A Secretária-executiva
287 confirmou ao conselheiro que o CEDCA/MG não recebeu o convite. Em seu
288 entendimento existe um grande distanciamento entre os conselhos e o gestor das
289 medidas socioeducativas no estado, que acaba por se refletir nos municípios.
290 Lamentou o fato e a ausência das representantes da SEDS nesta plenária, que ainda
291 aguardam a nomeação. Na sequência a conselheira coordenadora da Comissão de
292 Políticas Públicas iniciou seu relato informando que estiveram presentes na reunião,
293 convidados discorrendo sobre temáticas ligadas à educação: Major Hudson Ferraz,
294 Coordenador do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à
295 Violência/PROERD; Mércia de Souza Azevedo da SEE - PEAS- Programa de
296 Educação e Atenção ao Jovem; Sra. Helena Campos da SEE - Dissertação “O sujeito
297 adolescente e o cuidado de si”; Sr. Rafael Moraes da SEE - PEP- Programa de
298 Educação Profissional. Lamentou o fato da comissão estar esvaziada, e os
299 convidados contarem apenas ela, o conselheiro Cleverson Natal, e a técnica e da
300 Secretária Executiva para fazerem quórum. Maria de Fátima Mayrinck Brito relatou em
301 linhas gerais o conteúdo abordado em cada uma das apresentações realizadas na
302 comissão: Major Ferraz (Coordenador do Programa Educacional de Resistência às
303 Drogas e à Violência/PROERD) informou que o programa é um “Espaço cooperativo
304 entre PM, Escola e Família, visando uma vida saudável longe das drogas e da
305 violência”.O programa vem agregar valor, serviços e atendimento às escolas, para
306 além da grade curricular. Tendo como eixos temáticos: prevenção às drogas, ambiente

307 escolar e protagonismo infantojuvenil. Os policiais envolvidos com o programa, são
308 voluntários, passam por uma capacitação, sendo avaliados diariamente a cada item
309 trabalhado. O policial passa a ter uma visão de educador, indo muito além da
310 aplicação da lei. O currículo é diferenciado por faixas etárias. É dada ênfase na
311 aprendizagem socioemocional. Foram 2.643.249 atendimentos realizados no período
312 entre 1998 a 2013 envolvendo crianças, jovens e pais; 20.000 mil pais atendidos;
313 100.000 crianças da educação infantil; 500 municípios participantes e 3.000
314 escolas/ano. Sendo: 30% da rede estadual atendida, além de escolas municipais e
315 particulares. O PROERD de Minas Gerais é o 2º maior do Brasil sendo reconhecido
316 como o maior centro de treinamento do país desde 2005. Ressaltou ainda que 3% do
317 efetivo da polícia é ligado a este programa, dada a importância das ações nele
318 desenvolvidas. Recursos utilizados: cartilhas, policiais capacitados e avaliados,
319 oficinas estruturantes e atividades culturais e esportivas. Informou também que: O
320 foco do programa é basicamente a prevenção ao uso de drogas e violência, utilizando
321 métodos testados e uma metodologia usada em vários países. Além disto todo ano o
322 programa é novamente pactuado financeiramente, conseguindo repasses anuais que
323 variam de 200 a 500 mil reais. Apesar da importância, não faz parte da grade
324 curricular. Consideração final: o Conselho poderia mapear necessidades e demandas,
325 buscando garantir e fomentar a manutenção do programa através do entrelaçamento
326 de uma política em espaços mais amplos. Na sequência, falou da apresentação da
327 Sra. Mércia de Souza Azevedo da Secretaria de Estado da Educação SEE sobre o
328 PEAS - Programa de Educação e Atenção ao Jovem. Trata-se de um espaço de
329 discussão, que surgiu do desejo de professores da rede pública estadual. Vem
330 complementar a formação através de ações lúdicas e culturais, fomentando o
331 protagonismo infantojuvenil. É uma relação afetiva com toda a comunidade escolar, e
332 o público-alvo é sujeito do processo. Todo o trabalho é desenvolvido conjuntamente.
333 Não faz parte da grade escolar, não sendo obrigatória a participação da escola e nem
334 dos alunos. O Programa foi desenvolvido nas seguintes fases: Em 1994 chamava-se
335 Programa de Educação Afetivo-sexual. Já em 2008 tornou-se Programa Educacional
336 de Atenção ao Jovem. Temas abordados: “Sonhos e Projetos de Vida”, “Juventude e
337 Formação Cidadã”; “Afetividade e Sexualidade”. A escola deve manifestar interesse
338 em participar. E a partir daí um grupo de professores é capacitado e também um grupo
339 de 30 alunos da escola que atuam como multiplicadores, com ênfase nas oficinas de
340 formação. Os pais são convidados a participar das oficinas como uma ação de
341 integração com a comunidade. A escola elabora um projeto para execução dentro dos
342 temas supracitados. Exemplo: gravidez na adolescência dentro da abordagem da
343 sexualidade juvenil. Na sequência citou alguns dados: De 2013/ 2014: Número de
344 escolas participantes: 780; número de Jovens Multiplicadores: 22.000; professores
345 multiplicadores: 7.000; municípios participantes: 377. Logo após informou que a
346 apresentação da Sra. Helena Campos, da Secretaria de Estado da Educação foi
347 breve. Dissertação “O sujeito adolescente e o cuidado de si”. Citou estatísticos:
348 Existem 21 milhões de adolescentes no Brasil segundo dados do Unicef -2011. A
349 Professora Helena Campos apresentou os resultados de uma pesquisa qualitativa
350 com jovens com idade entre 15 e 19 anos, do sexo masculino e feminino, abordando o
351 significado e os cuidados com a iniciação sexual e a saúde sexual de adolescentes.
352 Resultados: Falta informação de qualidade; falta diálogo na família, na escola e na
353 comunidade; falta espaço de reflexão e avaliação; falta uso de preservativo;
354 desinformação e falta de acesso aos métodos contraceptivos; pouco conhecimento
355 sobre DST's/ AIDS e métodos de prevenção. Considerações: Em parceria com a
356 FIOCRUZ e a partir de 11 oficinas realizadas foi elaborado um livro, tendo sido
357 entregue ao CEDCA/MG 2 exemplares. Finalizando apresentou a seguinte questão: o
358 que desejam os adolescentes? Resposta: “ uma educação para o cuidado de si

359 mesmo, que possa também propiciar um projeto de vida”. Apresentação do Sr. Rafael
360 Morais da SEE - Iniciou apresentando dados do PEP- Programa de Educação
361 Profissional. No período compreendido entre 2008 - 2014 -foram ofertados 89 cursos
362 diferentes a 211. 000 alunos, com investimentos da ordem - 600.000.000. Já em
363 2014: 29.510 alunos estão fazendo cursos oferecidos em 109 municípios. Em seguida
364 apresentou os resultados de pesquisas realizadas em: 2010 - melhora dos índices de
365 proficiência dos alunos e redução da taxa de abandono. Em 2012 - 20 % a mais de
366 probabilidade real de empregabilidade. Em cargos técnicos este valor é de 142% a
367 mais. Em 2013 a taxa de ocupação de ex-alunos antes dos cursos era de 49%, após
368 o término a taxa é de 73,2%. Em fev. de 2014, o resultado da pesquisa mostrou um
369 impacto de 33% em relação à variação da renda (aumento). Em seguida apresentou
370 dados acerca do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e
371 Emprego. Esse programa presta atendimento a trabalhadores brasileiros em geral. A
372 SEE é a gestora do programa no Estado de Minas Gerais, neste caso, atendendo
373 alunos e egressos da rede pública de ensino. Ações relativas ao Pronatec: Programa
374 Brasil Profissionalizado; Bolsa- formação Estudante; Bolsa formação Trabalhadores -
375 SD; Bolsa-formação inclusão produtiva (atendendo beneficiários dos Programas de
376 Transferência de Renda). Considerações: Situação atual: 15 escolas em construção
377 no interior do estado. Terminada o relato de Maria de Fátima Mayrinck Brito, a
378 conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta, parabenizou a comissão de políticas
379 públicas pelo trabalho exposto. Ressaltou que o primeiro passo para a efetividade das
380 políticas públicas é conhecer o que está sendo executado nas diversas Secretárias
381 (Saúde, Educação, Cultura e etc) afetas a área da criança e do adolescente, e a partir
382 daí planejar ações de monitoramento e controle social. Que este é o real papel do
383 CEDCA/MG. Sugeriu que os próximos convidados façam sua exposição em plenária.
384 A conselheira Reginalda de Fátima Pereira defendeu a necessidade dessas ações
385 chegarem aos municípios. Maria Juanita Godinho Pimenta se manifestou reafirmando
386 a importância do CEDCA/MG enquanto órgão responsável pelo controle social das
387 políticas de atenção a criança e ao adolescente no Estado de Minas Gerais. “Não há
388 como planejar e monitorar sem antes conhecer”. O conselheiro João Alves Crisóstomo
389 informou que em reuniões anteriores sugeriu que o Conselho solicitasse dados
390 referente a execução da política de atendimento às Secretárias de Estado, de forma a
391 ter instrumentos para cobrar no âmbito municipal, maior participação das Secretarias
392 Municipais, especialmente nas áreas de saúde e educação. De volta com a palavra,
393 Maria Juanita Godinho Pimenta disse que não gostaria de sair do plenário sem um
394 encaminhamento sobre essa questão. Uma ação concreta do CEDCA/MG que
395 possibilite o exercício deste controle social. Logo após, Ananias Neves Ferreira
396 interveio para informar que as Comissões sempre tentam trazer em plenário, ao final
397 de seus relatos, propostas para deliberação. Que com relação a este assunto, já foram
398 encaminhados às Secretarias de Estado, vários ofícios que continuam sem resposta.
399 Defendeu a realização da plenária regionalizada como forma de chegar aos
400 municípios e trazer a demanda dessas localizadas ao CEDCA/MG. “Como podemos
401 ser um Conselho Estadual com tantos problemas de mobilidade”? Finalizando este
402 assunto, a conselheira Reginalda de Fátima Pereira propôs o seguinte
403 encaminhamento: Que a Comissão de Políticas Públicas apresente uma proposta de
404 ação concreta que permita ao CEDCA/MG exercer efetivamente o controle social
405 nesta área de atuação, e de forma a abranger os municípios. A conselheira Maria
406 Juanita Godinho Pimenta voltou a se manifestar argumentando que a Comissão de
407 Políticas Públicas já deu o ponta-pé inicial, agora o Conselho deve agir. Mas para agir
408 tem que conhecer a realidade das políticas executadas pelo Governo, que vai além das
409 Secretárias de Estado. Qual é o orçamento do Estado de Minas Gerais para a política
410 de atenção à criança e ao adolescente? Esta resposta o CEDCA/MG precisa ter.

411 Diante do exposto foi proposto outro encaminhamento: Solicitar à Secretaria de
412 Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, que informe a este colegiado, as
413 dotações orçamentárias concernentes a execução das políticas públicas direcionadas
414 às crianças e adolescentes no estado de Minas Gerais, para estudo, articulação e
415 incidência de proposituras no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2015 . Que
416 seja solicitado detalhamento dos recursos alocados para a área e em cada Secretaria,
417 das ações direcionadas a infância e adolescência, previstas no PPAG. A conselheira
418 Maria Juanita Godinho Pimenta ressaltou que estamos no período propício para esta
419 iniciativa, época para garantir recurso para efetivar nossas propostas de trabalho e
420 intervenções futuras. Finalizou dizendo: “Que o CEDCA/MG ao não definir o que é
421 controle social e conhecer o todo, como poderá orientar os municípios?” Neste
422 instante, Carlos Roberto Beto da Silva interveio fazendo outra proposta de
423 encaminhamento: Completando a proposta de Maria Juanita Godinho Pimenta, o
424 conselheiro Carlos Roberto Beto da Silva, propôs que ele e mais dois conselheiros
425 participem das reuniões sobre orçamento público na Assembleia Legislativa de Minas
426 Gerais. O conselheiro ressaltou que esta participação possibilitará conhecer onde
427 estão sendo alocados os recursos. Os conselheiros Claudinei dos Santos Lima e
428 Maria Margareth Pereira informaram que a Frente de Defesa já acompanha o
429 orçamento na área da criança e do adolescente há alguns anos, tendo
430 encaminhamento ao Conselho relatórios periódicos com valores detalhados. Esta
431 iniciativa da Frente de Defesa facilita a leitura, pois, a peça orçamentária é grande e
432 de difícil leitura. Mesmo assim é preciso disposição para proceder ao estudo. As três
433 propostas supramencionados foram colocadas em **votação** e **aprovadas** pela
434 unanimidade dos conselheiros. Na sequência discutiu-se a indicação dos nomes de
435 conselheiros para compor a Comissão Especial de acompanhamento “orçamento
436 criança” e monitoramento de sua execução, com vistas a incidência de proposituras no
437 Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2015. Encaminhamento:
438 Participarão das reuniões na Assembleia Legislativa acompanhando o “orçamento
439 criança” os seguintes conselheiros: Ricardo Augusto Zadra, Carlos Roberto Beto da
440 Silva, Claudinei dos Santos Lima, e na falta deste José Ismar da Costa. Este
441 encaminhamento foi colocado em **votação** e **aprovado** pela unanimidade dos
442 conselheiros. Logo após, Ricardo Zadra solicitou que fosse avisado com antecedência
443 da agenda de reuniões, para que possa ser liberado por sua chefia, na Secretaria de
444 Estado da Fazenda. Logo após, Maria Juanita Godinho Pimenta sugeriu que esses
445 conselheiros priorizem dois temas nessas reuniões na Assembleia Legislativa:
446 Recurso para a Conferência Estadual e capacitação continuada (Escola de Formação
447 em Direitos Humanos). Proposta acatada pela unanimidade dos conselheiros.
448 Sugerido que essas apresentações sejam enviadas aos conselheiros, por e-mail para
449 conhecimento e contribuição à Comissão de Políticas Públicas. Ananias Neves
450 Ferreira pretendia passar ao relato da comissão de Legislação e Normas, e encerrar o
451 ponto de pauta relato das comissões, quando Ricardo Zadra pediu a palavra. O
452 conselheiro Ricardo Zadra disse que, apesar da comissão de orçamento e finanças
453 não ter se reunido, gostaria de socializar algumas informações. Relatou que esteve de
454 férias regulamentares, previamente justificada na plenária de junho. Que mesmo
455 tendo retornando das férias, a convocação para a reunião do mês de julho não foi
456 expedida. Acredita que houve um desencontro de informações, além do fato do
457 técnico da comissão, Wilson, se encontrar de férias. Informou que a Marice Ceres Ihe
458 passou o ofício da Subsecretária de Direitos Humanos, Maria Juanita Godinho
459 Pimenta, em resposta ao ofício CEDCA nº31/2014 com solicitação de criação de conta
460 específica para o FIA estadual. Esta conta já foi providenciada e é a que se segue:
461 Banco do Brasil. Agência: 1615-2 e C/C: 20.629-6. Houve ainda solicitação da
462 SEDESE ao CONANDA que fosse feito cadastro (CNPJ) do FIA na receita federal.

463 Outra resposta recebida pelo CEDCA/MG foi com relação ao solicitado no ofício
464 nº45/2014 - Periodicidade quadrimestral da prestação de contas do FIA, bem como
465 envio mensal de sua execução orçamentária. Declarado que o envio mensal não seria
466 feito, porque tais informações são as mesmas contidas no relatório de atividades, e do
467 relatório quadrimestral. Informado que os dados mensais (saldo FIA) já é repassado
468 sistematicamente ao Conselho, pelo Sr. Leogustavo (SEDESE). Com relação ao Plano
469 de Aplicação de Recursos, disse que sua conclusão ficou prejudicada devido a não
470 realização da reunião da comissão, e que deixava suas contribuições na Secretaria-
471 executiva. De volta com a palavra, Ananias Neves Ferreira informou que a Comissão
472 de Normas se reuniu, mas não avaliou os processos de retirada pautados, por
473 entender que deveria ouvir antes as outras comissões afetas com emissão de
474 pareceres. Serão elaboradas as notas técnicas dos processos que se encontram na
475 Comissão de Normas, para que possam ser remetidos à comissão de mérito. Finalizou
476 dizendo que a elaboração do Plano de Aplicação de Recursos é de fundamental
477 importância para que a Fundação Telefônica acate a inscrição do CEDCA/MG
478 concorrer ao certame que liberará recurso para elaboração do Plano Decenal de
479 Direitos Humanos. O assunto foi brevemente discutido, e aprovado que Ricardo
480 Zadra entregará ao Conselho (na próxima semana) o Plano de Aplicação de Recurso.
481 Ananias Neves Ferreira submeteu ao plenário o procedimento de se fazer a
482 aprovação e publicação deste Plano pela Diretoria Executiva *ad referendum* da
483 próxima plenária, a fim de que não se perca o recurso da Fundação Telefônica.
484 Ricardo Zadra informou que a única coisa substancial é que se parta dos valores
485 orçamentários ao invés dos financeiros, com todas as deduções comprometidas. A
486 proposta delegativa acima referenciada foi colocada em votação e **aprovada** por 13
487 votos a favor e 01 voto de abstenção (Maria Juanita Godinho Pimenta). A conselheira,
488 em declaração de voto, informou que não estava contra o Plano de Aplicação do
489 Conselho, mas contrário a utilização que dele será feita. Ressaltou que o Plano
490 Decenal de Direitos Humanos é um instrumento de gestão do governo federal, e não
491 poderia concordar com isto. Em prosseguimento dos trabalhos, passou-se ao ponto de
492 pauta referente a **Plenária Regionalizada**. Ananias Neves Ferreira informou que a
493 resposta da SEDESE mediante ofício chegou ao Conselho dia 14/07 e o conteúdo nos
494 pareceu dúbio. Se a proibição era com relação a realização da plenária regionalizada,
495 ou somente da disponibilização do fretamento do ônibus “devido ao período eleitoral”.
496 Seu pensamento é: “Como realizá-la apesar do impedimento da SEDESE?” Ricardo
497 Zadra interveio para informar que há mesmo o impedimento da lei eleitoral para a
498 realização de uma plenária fora da sede, caracterizando um evento, e o Decreto é
499 proibitivo neste aspecto e neste momento. Maria Juanita Godinho Pimenta informou
500 que o ofício é claro com relação aos impeditivos, e tudo o que foi solicitado pelo
501 CEDCA/MG à Subsecretaria de Direitos Humanos foi respondido no referido
502 expediente. As providências solicitadas passam pela locação de ônibus, hospedagem
503 e diárias para todos os conselheiros. Considerando tudo isto, o pedido entra no critério
504 da excepcionalidade, daí o parecer desfavorável e a resposta pelo impedimento a
505 operacionalização de plenária em Montes Claros, no período eleitoral, compreendido
506 entre 05/07/2014 a 24/10/2014. Isto inclui diárias para Conselheiros e Servidores que
507 não terão suas diárias pagas pelo Estado, caso a câmara não aprove este
508 encaminhamento. Hudson Roberto Lino defendeu o pagamento das diárias,
509 considerando o fato de que os Conselheiros já as recebe para virem a Belo Horizonte.
510 Sugeriu que a SEDESE providencie Vans para transportar a todos. Maria Juanita
511 Godinho Pimenta ressaltou que os pedidos que saem deste colegiado devem chegar à
512 SEDESE de forma bem clara. O que foi solicitado esbarra no impedimento da
513 legislação eleitoral, ou seja, locação (fretamento) de transporte para todos os
514 Conselheiros; pagamento de hospedagem para todos os Conselheiros; cinco locais

515 para reunião e salão para plenária regionalizada, além das diárias. Falou que
516 independente de estar aqui Conselheiros da Sociedade Civil ou do Governo, as
517 dificuldades existem, e tudo deve estar em conformidade com a administração pública.
518 Aqui já é oferecida toda a estrutura para a realização das plenárias do CEDCA: água,
519 luz, telefone, sala de reunião, e tudo mais, o que se pode, no momento, é transferir
520 toda essa estrutura pra lá. A resposta é clara e as questões esbarram na
521 impossibilidade da realização da plenária em Montes Claros pela legislação eleitoral.
522 Ananias Neves Ferreira esclareceu que as plenárias regionalizadas não são eventos,
523 mas reuniões de trabalho do colegiado e se realizam em espaços cedidos sem ônus,
524 e que os custos previstos nas normativas referentes a diárias e deslocamentos de
525 Servidores Públicos não encontram vedação na legislação eleitoral, frisando que se
526 assim fosse de 2 em 2 anos os funcionários de todo país estariam impedidos de se
527 movimentarem a serviço dos poderes estatais, o que é inadmissível na gestão pública
528 e no ordenamento jurídico brasileiro, e ainda que a Secretaria-executiva deverá
529 conseguir um local para a realização da plenária sem custo. Diante do impasse a
530 proposta de realização de plenária regionalizada em Montes Claros foi colocada em
531 votação e aprovada por 12 votos a favor e 01 de abstenção (Elizabeth Oliveira
532 Dinardo) e 01 voto contrário (Maria Juanita Godinho Pimenta). Marice Ceres de Sousa
533 manifestou preocupação com relação ao envio de planilha de diárias à SEDESE,
534 tendo em vista que já foi encaminhada outra, cuja solicitação continha somente as
535 diárias de plenária normal realizada em sua sede. O envio se deu em cumprimento ao
536 ofício recebido na Secretaria-executiva no dia 14/07/2014. Solicitou que os
537 Conselheiros confirmem a presença, por e-mail, o mais rápido possível. Logo após,
538 passou-se a outro item da pauta: Indicação de adolescente para participar de reuniões
539 no CONANDA (Grupo de adolescentes de todos os estados - G27). Ananias Neves
540 Ferreira informou que o adolescente indicado para participar do G-27 do CONANDA é
541 o adolescente, Patrick Costa de Oliveira, cuja indicação é validada pelos atores do
542 Sistema de Garantia de Direitos: Juventude - Fectipa (Fórum de Erradicação e
543 Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas
544 Gerais), Rad-FEVCAMG (Rede de Adolescentes e Jovens do Fórum Interinstitucional
545 de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de
546 Minas Gerais) e do PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de
547 Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes), conforme
548 comunicado eletrônico do qual consta a data de nascimento do adolescente de
549 12/02/1999 e o registro de que o adolescente. tem disponibilidade para o
550 deslocamento e composição do G27, contando com o apoio das instituições e fóruns
551 dos quais participa e também com o apoio da família para assumir tais compromissos,
552 tendo inclusive participado do último processo de Conferências Regionais, Municipais
553 e Estadual. O Conselheiro Claudinei dos Santos Lima interveio para sugerir que o
554 adolescente participe também da elaboração do Plano Decenal Estadual de Direitos
555 Humanos. A indicação deste adolescente para o G27, com direito de participação no
556 Plano Decenal Estadual de Direitos Humanos, foi colocada em votação e aprovada
557 com 10 votos a favor e 04 votos de abstenção. Na sequência, conforme aprovado na
558 primeira parte da sessão, retomou-se a matéria sobre a Eleição da Diretoria Executiva.
559 A conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta informou que a indicação do Governo
560 para compor a Diretoria Executiva como vice-presidente é Eliane Quaresma Caldeira
561 de Araújo. Para a vaga de secretário-geral nenhum dos Conselheiros em condição de
562 ocupar o cargo aceitou. Diante do exposto, passou-se a votação por **aclamação** e
563 foram eleitos os integrantes na Diretoria Executiva do CEDCA/MG para o mandato de
564 18 meses, que se inicia na plenária de posse, como **Presidente: Ananias Neves**
565 **Ferreira e como Vice-presidente: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo** e
566 declarados eleitos por unanimidade plenária nos termos regimentais. Ficou

567 estabelecido que a eleição para o cargo de Secretário-geral será feita até na próxima
568 sessão plenária, eleito dentre os Conselheiros do segmento governamental. A posse
569 dos eleitos acontecerá na próxima reunião plenária ordinária. Na sequência, Ananias
570 Neves Ferreira propôs que a plenária do mês de agosto seja adiada por uma semana,
571 para que a data coincida com a data de início do novo mandato da Diretoria Executiva.
572 Diante do exposto foi colocada em votação a proposta de convocação da plenária de
573 agosto para o dia 29/08/2014, e as reuniões das comissões temáticas dia 28/08/2014,
574 na cidade de Montes Claros com horário e pauta na forma regimental. Esta proposta
575 foi **aprovada** por 13 votos a favor e 2 votos de abstenção (Conselheiras Elizabeth
576 Oliveira Dinardo e Maria Juanita Godinho Pimenta). Próximo ponto da pauta: Informes.
577 A Conselheira Clodoália Nobre Barbosa informou que os sites dos conselhos ligados à
578 SEDESE estão temporariamente sem acesso. Disse que os arquivos dos Conselhos
579 publicados no site, estão sendo salvos (via SEPLAG) e serão entregues à SEDESE.
580 Ananias Neves Ferreira informou que acontecerá dia 08/08 - Simpósio “Juventude e
581 Violência”: Reflexões sobre a Justiça Penal Juvenil e Redução da Maioridade Penal,
582 no TJMG. Um encontro de magistrados, onde será debatida a questão da redução da
583 maioria penal e aumento do tempo de internação para 8 anos, escalonados de
584 forma progressiva tendo como marco a idade do adolescente e temporalidade mínima
585 fixa, questões que o CONANDA e o CEDCA já rejeitaram. É um debate importante,
586 pois, passa pela tentativa de desconstrução da articulação para manutenção da atual
587 idade penal promovida por um grupo de pessoas com tendência a aceitação da
588 redução. São pessoas que até outro dia eram contra e agora tem se manifestado
589 favoráveis a alterações na Carta Magna e na Lei Estatutária da proteção integral,
590 constitui numa atitude de afronta à ordem jurídico constitucional da República .
591 Fiquem atentos! Logo após, o Conselheiro Hudson Roberto Lino convidou a todos a
592 participar do Encontro de Avaliação, Monitoramento, Articulação e Mobilização do
593 Projeto Atuação Descentralizada do FOCON - Fórum das Organizações e dos
594 Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Leste Mineiro, que
595 acontecerá em 01/08/2014, em Belo Oriente - MG (abrangência: Vale do Aço e Médio
596 Piracicaba). Será realizada exposição sobre o tema SIPIA; CT /WEB e SIPIA/SINASE.
597 Expositor: Leonardo Peres Torelly - Consultor PNUD/SDH - Observatório Nacional
598 dos Direitos da Criança e do Adolescente - Secretaria de Direitos Humanos da
599 Presidência da República e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança
600 e do Adolescente. Debate: Avaliação e monitoramento do primeiro semestre de 2014 e
601 articulação e mobilização para o segundo semestre de 2014. Na sequência, a
602 Conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta informou que a SEDESE apresentou ao
603 Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Secretaria de
604 Direitos Humanos da Presidência da República, proposta de capacitação no
605 SIPIAWEB para o Estado de Minas Gerais, diferente da proposta original do referido
606 órgão federal. Justifica-se esta proposta alternativa, face a demanda de solicitações
607 registradas originárias dos conselhos municipais e tutelares, fóruns, organizações e
608 operadores do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de todo o
609 Estado de Minas Gerais para implantação do sistema. A proposta da SEDESE
610 considera a extensão territorial do Estado e o elevado número de municípios,
611 apresentando a possibilidade de desenvolvimento das ações de capacitação nos
612 municípios sedes de suas diretorias regionais. A conselheira considera de fundamental
613 importância esta intervenção dos Conselhos de Direito Estadual e Nacional, para
614 garantir a capacitação dos 853 municípios mineiros, e não apenas municípios com
615 mais de 300.000 habitantes, onde o impacto seria de pouca relevância no cenário
616 estadual. Diante do exposto, a conselheira propôs que CEDCA/MG envie ofício ao
617 CONANDA solicitando que articule junto à Coordenadoria Geral do Observatório
618 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a *efetivação da proposta*

619 *diferenciada de capacitação* apresentada pela SEDESE no formato que se segue:
620 Porte de Município - Pequeno I - até 20.000 habitantes (2 vagas - CT). Pequeno II - de
621 20.001 até 50.000 habitantes (02 vagas - CT). Médio - de 50.001 até 100.000
622 habitantes (04 vagas CT). Grande de 100.001 até 900.000 habitantes (06 vagas - CT).
623 Metrópole - Acima de 901.000 habitantes (10 vagas - CT). Ananias Neves Ferreira
624 fechou o assunto dizendo que deve-se mesmo estabelecer interação e uma relação
625 de proximidade com o CONANDA. Seguindo nos informes, o conselheiro José Ismar
626 pediu a palavra e relatou que a Prefeitura de Carmo do Cajuru, através da Secretaria
627 Municipal de Promoção Social e Defesa Civil e do CMDCA convidam para o I
628 Seminário Regional “24 anos do ECA”., dia 29/07/2014. Serão debatidos os seguintes
629 temas: rebaixamento da idade penal e medidas socioeducativas. A palestra sobre o
630 rebaixamento da idade penal será ministrada por Ananias Neves Ferreira. José Ismar
631 informou que também participará do evento, atuando como mediador de mesa. A
632 Presidente do CONANDA - Miriam Maria José dos Santos também estará presente
633 como palestrante. Em seguida, o presidente em exercício Ananias Neves Ferreira deu
634 ciência ao plenário do recebimento do expediente em que o Instituto Ajudar comunica
635 seu desligamento do CEDCA/MG, sob a alegação de que não tem mais condições de
636 manter a representação. A presidência, deferiu o pedido e registra que o Conselheiro
637 Stanley Ramos Gusman representava a entidade neste Conselho e a delicada
638 experiência humana em que vive na atualidade. A presidência, verificando que mais
639 nada havia a tratar nem a deliberar, declarou encerrada esta sessão plenária ordinária,
640 no horário regulamentar, da qual foi lavrada a presente ata, que após aprovação é
641 assinada pelos Conselheiros que a desejar assinar, na forma e termos regimentais.